

Os Caminhos do/pelo Sentido

Os Caminhos do/pelo Sentido da disciplina Linguística II ministrada pela professora Célia Bassuma Fernandes.

Sumário

- Apresentação
- 1. Dos hindus até o século XX
- 2. A fundação da Semântica
- 3. Pragmática: o sentido e a intenção do locutor
- 4. A Teoria dos Atos de fala: o sentido e ação
- 6. Teoria da Enunciação: o sentido e o sujeito
- 7. Análise de Discurso: o sentido e a história
- Palavras finais
- Referências

Célia Bassuma Fernandes



Apresentação

Caro aluno!

Esse *e-book* foi elaborado com a finalidade de fornecer mais subsídios para que você possa compreender os caminhos do/pelo sentido em diferentes teorias linguísticas, que se inscrevem no domínio da Semântica.

A Semântica é a parte da Linguística que trata do sentido/significado/significação e surgiu, no século XIX, com Michel Bréal, que se opõe à concepção historicista da língua e a compreende como um fenômeno humano e, portanto, histórico. Esse modo de compreendê-la produziu consequências teóricas importantes nos estudos da linguagem e trouxe de volta algumas categorias de análise excluídas por Saussure, por ocasião do corte epistemológico por ele produzido ao dividir a linguagem em língua e fala.

Nosso objetivo, é que você faça um percurso por essas diferentes teorias, observando como cada uma delas pensa o sentido, o sujeito e a história.

Boa leitura!



1. Dos hindus até o século XX

A curiosidade sobre a linguagem sempre foi uma constante. Conta a história da Linguística que os hindus, no séc. IV a. C., já estudavam a língua (sânscrito) por razões religiosas, pois tinham medo que os cânticos sagrados (Vedas) se perdessem ou fossem transformados ao longo dos tempos, já que eram passados de geração a geração apenas pela tradição oral.

O sânscrito é uma das línguas indo-europeias utilizada em tempos remotos. Embora seja uma língua morta, faz parte do conjunto das 23 línguas oficiais da Índia e deixou suas heranças na liturgia das diferentes religiões daquele país, como no hinduísmo, budismo e jainismo.

No séc. V a. C., no *Crátilo*, Platão discute a relação entre o nome e a coisa por ele designada, levantando duas teses: a naturalista, na qual defende que existe um liame natural entre a palavra e seu significado e a convencionalista, segundo a qual a relação entre a palavra e a coisa por ele designada se deve a um acordo tácito entre os falantes de uma mesma língua.



Na Idade Média, surgem os modistas que pretendiam elaborar uma teoria geral da linguagem inerente a todas as línguas, pois consideravam a existência de uma estrutura gramatical universal. Desse modo, os princípios de análise estabelecidos por eles não se prendiam a uma língua particular, mas serviam a todas elas. Nessa linha de pensamento, Lancelot e Arnaud escrevem a *Gramática Geral e Racional de Port-Royal*, que serviu de modelo para a elaboração de grande número de gramáticas do séc. XVII. Nessa gramática geral, os autores defendem que a linguagem se funda na razão, pois é uma representação do pensamento.

No século XIX, com o conhecimento de um maior número de línguas, com o maior interesse pelos falares vivos e o desenvolvimento do método histórico, surgem as Gramáticas Comparadas, que atestam as relações de parentesco entre as línguas, pelo estudo das semelhanças entre elas. Em 1816, Franz Bopp publica *Sistema de conjugação do Sânscrito, comparado com o das línguas grega, latina, persa e germânica*, inaugurando a Linguística Histórica.

Esse método (histórico comparado) continuou a ser utilizado até 1916, quando é publicado o *Curso de Linguística Geral* (CLG), cuja autoria foi atribuída a Ferdinand de Saussure, mas que como se sabe, foi escrita por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Segundo consta, a obra foi escrita partir de anotações das aulas ministradas pelo fundador da linguística, na Universidade de Genebra (Suíça).



Franz Bopp
1791-1867



Ferdinand de Saussure
1857-1913



Charles-Albert Sechehaye
1870-1946



Ferdinand de Saussure
1865-1947



O CLG é considerado o marco da fundação da Linguística moderna. Nele, Saussure divide a linguagem, “heteróclita e multifacetada” (SAUSSURE, 2006, p.17), em duas partes diferentes, porém interdependentes: a língua e a fala, excluindo essa última dos seus estudos, por compreendê-la como da ordem do individual e, portanto, impossível de ser sistematizada. Utilizando a famosa metáfora do jogo de xadrez, o mestre genebrino afirma que a língua é um sistema organizado de signos e que assim como no jogo de xadrez, na língua, um elemento só pode ser definido em relação aos demais elementos do conjunto.

Um sistema resulta da aproximação e organização de determinadas unidades que possuem características semelhantes e obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente.
Ex: sistema solar, sistema respiratório, sistema digestório.

Esse corte epistemológico alavancou os estudos linguísticos designados de estruturalistas e que se interessam apenas pelas relações internas que ocorrem dentro desse sistema, que é a língua, deixando de lado aspectos importantes como, por exemplo, as questões relativas à significação.

Para saber um pouco mais sobre os estudos linguísticos que antecederam à fundação da Linguística como ciência e sobre a importância do CLG, você poderá ler o livro: *O que é Linguística*, escrito pela professora Eni Orlandi e publicado pela Editora Brasiliense, em 1986.



2. A fundação da Semântica

Historicamente, as questões sobre o sentido/significado/significação começam a tomar corpo quando o linguista francês, Michel Bréal, ex-aluno de Franz Bopp, publica *As Leis Intelectuais da Linguagem. Fragmentos de Semântica* (1883), obra na qual defende que as questões relacionadas à significação não podem mais ser tratadas pela via etimológica. Ele considera que a transformação que acontece nas línguas não ocorre de modo automático, pois as palavras só podem ser consideradas nas frases em que aparecem, na relação com outras palavras.

Contudo, é somente no século XIX e, mais especificamente, com a publicação de *Ensaio de Semântica* (1897), conforme Guimarães (2005), que a ciência da significação se constitui como disciplina. Bréal considera a língua como um fenômeno humano e, portanto, histórico. Conforme ele, na linguagem, a transformação ocorre pela intervenção da vontade (fenômeno inconsciente) e inteligência (faculdade do conhecimento humano baseada no funcionamento do signo) do homem.

No capítulo intitulado “O Elemento Subjetivo”, ele afirma que a linguagem apresenta marcas de subjetividade, isto é, que todas as línguas possuem marcas que permitem atestar a presença do sujeito na língua, como por exemplo, pronomes pessoais, modos e tempos verbais, advérbios de modo, entre outras. Conforme ele, aquela que se convencionou chamar de 1ª. Pessoa do singular (eu) é a forma mais marcada de subjetividade na linguagem, já que marca a individualidade do ser humano. No entanto, a 2ª. pessoa (tu) não é menos subjetiva, tendo em vista que representa aquele a quem se fala. Assim, somente a 3ª. pessoa não é subjetiva (GUIMARÃES, 2005).



Para aprender um pouco mais sobre a semântica proposta por Bréal, leia apenas a INTRODUÇÃO e DESCRIÇÃO DOS *INSIGHTS* PRAGMÁTICOS DO ENSAIO DE SEMÂNTICA, que fazem parte do artigo intitulado *A semântica de Michel Bréal: uma abordagem baseada no uso*, de autoria de Márcia Sipavicius Seide, publicado em 30 de junho de 2012, nos Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. P. 97-116.



A semântica de Michel Bréal: uma abordagem baseada no uso

A obra de Bréal marca a fundação da semântica, área da linguística que descreve o sentido/significado/significação das palavras e das sentenças. Entretanto, definir isso é uma tarefa bastante árdua, não havendo consenso nem mesmo entre aqueles que se propõem a realizá-lo. Além disso, implica também, várias formas de descrevê-lo e, por consequência, a existência de várias semânticas, tendo em vista que o que diferencia uma das outras é o recorte que fazem do mesmo objeto de estudo.

Na sequência, vamos estudar algumas teorias que se preocupam com a questão do sentido/significado/significação, como a Semântica Formal, a Pragmática, a Teoria da Enunciação e a Análise de Discurso.



2.1 A Semântica Formal: o sentido e o mundo

Historicamente, a Semântica Formal (SF) antecede as demais, o que a torna passível de interrogações e de contestações. Inaugurada pelo lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925), a Semântica Formal descreve o problema do significado a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente.

Para ilustrar relações lógicas, Frege retoma as análises de Aristóteles, que ao observar o raciocínio dedutivo nas sentenças, demonstra haver relações de significado que se dão independentemente do conteúdo das expressões:

Todo homem é mortal.

João é homem.

Logo, João é mortal.

Se garantirmos que as duas primeiras premissas são verdadeiras, concluímos a terceira. Estamos diante de uma relação entre conjuntos: o conjunto dos homens está contido no conjunto dos mortais, pois João é um componente do conjunto dos homens.



Esse raciocínio se garante apenas pelas relações lógicas ou formais que se estabelecem entre os termos, independente do que homem ou mortal significam, porque podemos representá-las por letras vazias de conteúdo, mas que descrevem relações de sentido.

Conforme Muller e Viotti (2003), a Semântica Formal se dedica ao estudo da relação existente entre as expressões linguísticas e o mundo, uma vez que elas são sobre alguma coisa. Se alguém enuncia a sentença “Tem uma pedra no meu sapato”, numa situação em que realmente há uma pedra no (meu/teu) sapato, podemos dizer que estamos dizendo a verdade, porque a sentença descreve com fidelidade a situação. É essa referência a situações externas à língua, que sugere que os significados de alguma forma, estão ligados ao mundo, a alguma coisa que tomamos como independente da língua.

Dizendo de outra forma, a Semântica Formal considera que uma propriedade central das línguas naturais é o fato de ser sobre algo, isto é, de que são utilizadas para estabelecer referencialidades (falar sobre objetos, indivíduos, fatos, eventos e propriedades, descritos como externos à própria língua) (MULLER e VIOTTI, 2003). Desse modo, nesse tipo de semântica, o sentido/significado/significação é entendido como uma relação entre a linguagem e aquilo sobre o que essa linguagem fala (o objeto no mundo). Conforme as autoras, “este mundo sobre o qual falamos, quando usamos a linguagem, pode ser compreendido como o mundo real, parte dele ou mesmo outros mundos ficcionais ou hipotéticos” (MULLER e VIOTTI, 2003. p. 73).



Ainda de acordo com as autoras, conhecer o significado de uma sentença, na perspectiva da Semântica Formal, é conhecer suas condições de verdade, é saber em que circunstâncias, no mundo essa sentença pode ser considerada verdadeira ou falsa. Quando ouvimos alguém enunciar: “Tem uma pedra no meu sapato”, não podemos saber se há ou não uma pedra no meu/teusapato, não podemos saber se essa é uma sentença verdadeira ou falsa, mas, certamente e, logo, não sabemos dizer em que situações ela seria verdadeira (a pedra poderia estar machucando o meu/teu pé). Esse tipo de conhecimento é semântico em sua natureza, de acordo com a Semântica Formal, pois faz parte do nosso conhecimento sobre o significado da sentença “Tem uma pedra no meu sapato”.

A Semântica Formal se apoia, portanto, no fato de que, se não conhecemos as condições pelas quais uma sentença é verdadeira, não conhecemos seu significado. Assim, o significado de uma sentença é o tipo de situação que ela descreve e equivale as suas condições de verdade. No caso do nosso exemplo, o sentido/significado/significação é a descrição de uma situação em que há uma pedra no meu/teu sapato (MULLER; VIOTTI, 2003).

O principal representante da Semântica Formal foi Gottlob Frege (1848-1925), que excluiu da Semântica o estudo das representações individuais que uma palavra pode provocar, pois conforme ele, o estudo científico do significado só é possível se diferenciarmos os seus diversos aspectos para reter apenas aqueles que são objetivos. Assim, à Semântica caberia o estudo dos aspectos objetivos do significado, isto é, daqueles que estão abertos à inspeção pública.



Para tanto, faz a distinção entre sentido e referência, a partir do exemplo: o nome próprio Estrela da Manhã pode evocar diferentes representações em diferentes falantes. Ele pode, por exemplo, estar associado a um sentimento nostálgico ou à euforia das viagens espaciais, mas todos compartilham o sentido de “estrela”, uma vez que há consenso quando alguém diz “estrela” apontando para um objeto no céu, que reconhecemos como tal.

Assim, o sentido de “estrela da manhã” é o que nos permite falar sobre certo objeto no mundo da razão pública, o planeta Vênus, sua referência no mundo. Desse modo, a referência de uma expressão é a entidade (ou entidades), o objeto ou o indivíduo que ela aponta no mundo e o sentido é o modo como apresentamos esse objeto, isto é, o caminho pelo qual chegamos a ele.

Para Frege, o sentido é o que nos permite chegar a uma referência no mundo.

Vejamos os exemplos:

(2) A estrela da manhã é a estrela da manhã. ($a=a$)

(3) A estrela da manhã é a estrela da tarde. ($a=b$)



Enquanto na sentença (2) há um grau de informatividade zero, já que ela constitui uma verdade óbvia que independe dos fatos do mundo, na sentença (3), há uma relação de igualdade, cujo valor de verdade deve ser verificado no mundo. Se comprovarmos que aquilo que denominamos “estrela da manhã” é o mesmo objeto a que denominamos “estrela da tarde”, então aprendemos uma verdade sobre o mundo: a de que podemos nos referir ao planeta Vênus de pelo menos duas maneiras diferentes.

Já a sentença (3) expressa uma verdade sintética, isto é, uma verdade que só pode ser apreendida pela inspeção de fatos no mundo, por isso, ela pode proporcionar um ganho real de conhecimento. Ela exprime uma descoberta da Astronomia: tanto a “estrela da manhã” quanto a “estrela da tarde” dizem respeito ao planeta Vênus. Desse modo, “estrela da manhã” e “estrela da tarde” são dois sentidos diferentes para chegarmos à mesma referência.

Logo, somente conseguimos explicar a diferença entre as sentenças (2) e (3) quando utilizamos as noções de sentido e referência, pois embora elas tenham a mesma referência, ainda assim, expressam pensamentos diferentes. Se o sentido é o caminho que nos permite alcançar a referência, quando descobrimos que dois caminhos levam à mesma referência, aprendemos algo sobre o mundo.

Para Frege, o sentido só nos permite conhecer algo se a ele corresponder uma referência. O sentido permite alcançarmos um objeto no mundo, mas é o próprio objeto no mundo que nos permite formular um juízo de valor, isto é, que nos permite avaliar se o que dizemos é falso ou verdadeiro.



Conforme o lógico alemão, a verdade não está na linguagem, mas nos fatos do mundo, já que ela é apenas um instrumento que nos permite alcançar a verdade ou a falsidade. Para ele, um nome próprio deve ter sentido e referência. Assim, Curitiba e a capital do Paraná são dois nomes próprios, porque têm sentido e nos permitem falar sobre um objeto no mundo (a cidade de Curitiba). Isso significa que os nomes próprios são saturados, porque expressam um pensamento completo e podemos, por meio deles, identificar uma referência.

Além desses componentes do sinal – o sentido e a referência – Frege introduz outro conceito: o de representação, pois segundo ele, enquanto o sentido do sinal é uma imagem apreendida coletivamente e, portanto, de modo mais objetivo, a representação é inteiramente subjetiva.

Sinal é qualquer que seja o nome, combinação de palavras ou letras e nome próprio é a designação dada a uma palavra, sinal ou combinação de palavras ou sinais que se referem a um único objeto no mundo. Assim, pode-se inferir a partir do critério fregeano, que são exemplos de nomes próprios: Flávia, Goiânia, A capital de Goiás, O autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, entre outros.



A fim de elucidar a diferença entre sentido, referência e representação, Frege usa a metáfora do telescópio apontado para a lua, que consiste em mostrar que se alguém observa a lua por um telescópio, a referência é a própria lua, o objeto observado (imagem real), cuja existência e propriedades independem daquele que a observa.

Esse objeto pode, no entanto, ser observado a partir de perspectivas ou ângulos diferentes, mas ainda assim, a imagem da lua formada pelas lentes do telescópio é o que todos veem, é uma imagem objetiva na medida em que serve a vários observadores simultaneamente. Isso significa que o sentido de um sinal pode ser compartilhado por muitos.

Já a imagem interna (mental) que cada observador tem desse objeto, constitui a representação e foi excluída dos estudos semânticos por Frege, devido ao seu caráter subjetivo. Concluindo, para Frege, a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva, e entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas também não é o próprio objeto.



3. Pragmática: o sentido e a intenção do locutor

De acordo com Plaza Pinto (2001), a Pragmática é definida como a ciência que trata do uso linguístico. É a ciência que estuda as condições que governam a utilização da linguagem humana/prática linguística. O objeto de estudo da Pragmática é, portanto, o uso concreto da linguagem e, mais especificamente a fala, pois não a vê isolada da sua produção social. Isso significa que os pragmaticistas procuram explicar a linguagem defendendo a não centralidade da língua em relação à fala, distanciando-se, desse modo, do corte saussureano.

De acordo com essa vertente teórica, as palavras ou frases comunicam muito mais do que significam. Por exemplo, ao pronunciar a frase: “Está frio hoje”, num local onde todas as janelas e portas estão abertas, o falante não deseja apenas fazer um comentário sobre a temperatura do ambiente, ou ainda, fazer com que seu interlocutor concorde com ele, mas pretende, certamente, que alguém feche as portas e janelas.

Com relação às origens da Pragmática, pode-se afirmar que os trabalhos que se inscrevem nesse campo resultaram, inicialmente, de uma série de interrogações de cunho filosófico – no final do séc. XX – ainda que, mais tarde, venham a se fundir ou confundir com os estudos linguísticos. Portanto, a Pragmática tem origem na Filosofia da Linguagem e, mais especificamente, na Filosofia Analítica, que se desenvolveu sob o impulso dos trabalhos de Frege, que explica a linguagem por meio de relações lógicas, conforme estudamos.



A Filosofia da Linguagem é o ramo da filosofia, que trata da natureza do significado linguístico e de outras questões da linguagem, procurando responder às seguintes questões: A- Como as frases compõem um todo significativo? Qual o significado das partes (palavras) das frases? B- Qual a natureza do significado? O que é o significado? C- O que fazemos com a linguagem? D- Qual sua finalidade? E- Como a linguagem se relaciona com o mundo?

A Filosofia Analítica é um movimento filosófico com duas vertentes básicas: a- o Positivismo Lógico, representado pelo Atomismo Lógico de Bertrand Russell e pela filosofia de Ludwig Wittgenstein (1918); b- a Filosofia Linguística cujo objeto de pesquisa são as formas usuais do pensamento (lógica das línguas naturais), bem como as formas usuais da linguagem, a que denominam linguagem ordinária.

São considerados pontos de partida da Pragmática, os trabalhos dos filósofos da linguagem John Austin e Paul Grice, que estudaremos a seguir. Grice compreende a linguagem como um instrumento que serve para o locutor comunicar ao seu destinatário suas intenções, pois quando se fala, comunicam-se também conteúdos implícitos. É graças a essa intencionalidade da linguagem, prevista pela Pragmática, que o sujeito é concebido como individual e consciente das suas intenções, retomando a proposta psicologista abandonada por Saussure.



Para a Pragmática, para compreender um enunciado não basta somente conhecer a gramática e o léxico de uma língua, mas é necessário mobilizar saberes diversos, criar hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não está preestabelecido. Dessa maneira, a ideia de um enunciado que possua sentido fixo fora do contexto, torna-se insustentável (PLAZA PINTO, 2001).

Com base nisso, entre 1957 e 1969, Paul Grice fundou as bases de uma teoria semântica e de uma teoria pragmática complementares, fundamentadas no caráter intencional da comunicação e concebe a linguagem como instrumento que serve para expressar intenções. Na obra intitulada *Meaning* (1957), o filósofo britânico distingue o sentido natural do sentido não natural, a partir dos quais estabelece as particularidades das práticas languageiras, sejam elas verbais ou não.

Para ele, o sentido natural diz respeito às relações causais em curso na natureza e corresponde ao conceito de índice, proposto por Pierce (uma nuvem negra no céu, por exemplo, é um índice de chuva) e o sentido não natural depende da intenção de quem fala. Desse modo, o êxito de um ato de comunicação está submetido a inferências, que permitem ao destinatário, identificar os conteúdos a serem transmitidos.



Por se inscrever na área da filosofia, os trabalhos de Grice se aproximam mais da formulação de uma ética da linguagem do que de uma pesquisa de fundamentos, pois ele caracteriza a ética da comunicação subjacente à dinâmica das trocas verbais, chegando à conclusão de que para compreender o que um conjunto de enunciados significa, é necessário levar em conta não apenas as convenções linguísticas, mas também o contexto. Para ele, o sentido de um enunciado só pode ser compreendido quando o destinatário recorre a recursos não estritamente de ordem linguística, mas reconstrói esse sentido a partir da situação em que se encontra.

Por esse viés, o sujeito não é concebido como um sujeito passivo, uma vez que ele próprio define o contexto do qual vai tirar informações necessárias para interpretar o enunciado. Além disso, não há nunca uma única interpretação possível e apenas o conhecimento sobre a língua e o léxico não é suficiente para que a interpretação se efetive. Melhor dizendo, para construir uma interpretação, o ouvinte (interlocutor) deve supor que o falante (locutor) do enunciado respeite certas regras do jogo, que tenha produzido um enunciado com a intenção de comunicar algo. Isso não se faz por meio de um contrato explícito, mas por intermédio de um acordo tácito entre os falantes de uma mesma comunidade de fala.



Nesse funcionamento, está em jogo, um saber mutuamente conhecido, já que cada um dos participantes da comunicação postula que seu parceiro conhece e aceita as regras do jogo. Esse conjunto de regras diz respeito aos princípios gerais de natureza racional que regem os comportamentos linguísticos e estão assentados em inferências pragmáticas.

Para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que regula a comunicação verbal, isto é, em virtude desse princípio, os interlocutores colaboram para o sucesso da troca verbal, porque, para o filósofo da linguagem, para haver comunicação, é necessário haver cooperação entre os usuários. Esse princípio é explicitado por meio de máximas conversacionais ou leis do discurso (França) e ancoram a interpretação dos enunciados, pois ditam regras/normas a serem respeitadas no ato da comunicação verbal:

a) Máxima da quantidade:

- sua contribuição deve conter a quantidade de informação necessária (informatividade);
- sua contribuição não deve conter mais informação do que é exigido (exaustividade).

b) Máxima da qualidade (sinceridade)

- Que sua afirmação seja verídica;
- não afirme o que você pensa que é falso;
- não afirme aquilo que você não pode provar.



c) Máxima da relação (pertinência)

- Fale o que é concernente ao assunto tratado (seja pertinente).

d) Máximas da maneira/modo (inteligibilidade)

- Evite exprimir-se de maneira obscura. Seja claro;

- Evite ser ambíguo;

- Seja breve (evite a prolixidade inútil);

- Fale de maneira ordenada.

Uma das críticas que incidem sobre os trabalhos de Grice é a de que ele tem uma concepção idealista da comunicação humana e, logo, da sociedade, porque imagina a troca verbal como um evento harmonioso, ignorando as disputas, as discórdias e as oposições que lhes são características. Há ainda, quem afirme que a teoria desenvolvida por Grice tem um caráter normativo, porque pretende ditar normas para uma comunicação humana ideal.

Do ponto de vista de Fiorin (2002, p. 178), nenhuma das duas críticas procede, porque as máximas conversacionais não são um conjunto de princípios a serem seguidos na comunicação, mas uma teoria da interpretação dos enunciados. O autor não ignora a existência de embates na troca verbal, mas defende que até mesmo quando ela é conflituosa, opera-se sobre uma base de cooperação, pois mesmo para divergir, é necessário que cada um dos parceiros da comunicação interprete adequadamente os enunciados produzidos.



Além disso, a simples existência das máximas implica sua violação. Isso significa que os locutores, no ato da comunicação, podem infringir uma ou mais máximas para não violar outra cujo respeito é mais importante. Em: “- Onde João mora?” “- No Paraná”, a resposta da pergunta não é suficientemente informativa, logo, a máxima da quantidade foi violada, pois o interlocutor sabe que João mora no Paraná, mas não tem maiores detalhes para encontrar João.

A violação dessa máxima ocorre quando são verbalizadas informações evidentes, que suscitam respostas que marcam a inutilidade da informação, quando a informação necessária para a compreensão do enunciado não é dada, quando se afirmam banalidades conhecidas por todos ou quando é utilizada a função fática da linguagem.

A máxima da qualidade é violada quando a informação dada não é essencialmente verdadeira. Em: “Maria ganhou na loteria”, pode não haver uma informação verídica, dado que uma das propriedades da linguagem é enganar os outros, isto é, é transmitir informações falsas. O que a máxima da quantidade pretende é que, exceto nos enunciados explicitamente não verdadeiros, como as piadas, o interlocutor creia nas palavras do locutor, ainda que elas não sejam verdadeiras.

A máxima da relação rege a coerência da conversação, indica como se encaixam os assuntos e como se faz para entendê-los. Em: “- Estou sem gasolina.” “- Há um posto na esquina”, o primeiro enunciado apresenta a seguinte implicatura: “Você pode me indicar onde eu encontro gasolina?” E permite inferir o que segue: “O posto de gasolina está aberto”. A exploração dessa máxima se faz por meio de frases que, aparentemente, não têm coerência (FIORIN, 2002, p. 181).



A máxima do modo/maneira indica como falar, obrigando a produzir enunciados claros, a codificar e a decodificar o sentido mais contextualmente verossímil. Viola essa máxima, quem, ouvindo a frase “O álcool mata lentamente”, responde: “Eu não tenho pressa”, pois o mais verossímil é que o foco da interpretação incida sobre o predicado e não sobre o advérbio. Essa máxima abarca ainda, o respeito aos turnos da fala, isto é, a vez de cada locutor intervir na conversação.

Se o locutor/interlocutor não respeita esses turnos da fala, pode ouvir o seguinte comentário: “Ouvi sem interrompê-lo, portanto, deixei-o falar”. Conforme Fiorin (2002, p. 181), todas essas máximas procuram mostrar como o falante, na troca verbal, resolve o problema do que deve ou não dizer, conforme a situação de enunciação.

Outra grande contribuição de Grice para os estudos pragmáticos é o desenvolvimento da noção de implicatura, pois ele postula que certos enunciados comunicam muito mais do que aquilo que está expresso pelos elementos que o compõem.

Essas implicaturas são regidas por princípios gerais ligados à comunicação. Por exemplo, no enunciado “Ele é aluno de Matemática, mas sabe escrever”, há uma implicatura desencadeada por um elemento linguístico: a conjunção adversativa *mas*, que liga as duas orações e que significa que “os alunos de matemática não sabem escrever”. No entanto, em “A defesa do TCC do Guilherme correu bem, não o reprovaram”, há a implicatura de que o TCC não estava bom. Trata-se de uma implicatura conversacional, pois esse sentido não advém de nenhuma das palavras da frase, mas do conhecimento prévio do interlocutor.



Assim sendo, enquanto a implicatura convencional é provocada por uma expressão linguística, já que não precisa de elementos contextuais para ser feita, a implicatura conversacional apela sempre para as noções do Princípio de Cooperação e das Máximas Conversacionais, pois é por meio delas que o falante leva em conta, sempre, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma.

Para saber mais sobre a teoria desenvolvida por Paul Grice.



Paul Grice - Princípio de Cooperação

Sobre a noção de implicatura, ler o texto: *Implicaturas e a violação das máximas conversacionais: uma análise do humor em tirinhas.*



Implicaturas e a Violação das Máximas Conversacionais: Uma Análise do Humor Em tirinhas



4. A Teoria dos Atos de fala: o sentido e ação

Conforme já mencionamos, os trabalhos que se inscrevem na Pragmática, resultaram, inicialmente, de uma série de interrogações de cunho filosófico, que surgiram no final do séc. XX. Em 1962, no movimento que ficou conhecido como Filosofia Analítica ou Filosofia da Linguagem Ordinária, John Langshaw Austin publica *How to do things with words* traduzido no Brasil, como *Quando dizer é fazer*, no qual afirma que a linguagem não tem apenas uma função descritiva, mas serve para agir, já que, por meio dela, o homem realiza *atos*.

Opondo-se a essa concepção descritiva da Linguística, segundo a qual as afirmações servem para descrever um estado de coisas (Semântica Formal) e eram, portanto, verdadeiras ou falsas, começa a desenvolver a Teoria dos atos da fala. Para tanto, divide os enunciados em dois tipos: os constativos, que descrevem um estado de coisas e os performativos, por meio dos quais são executados atos, ou seja, aqueles que correspondem à execução de uma ação.

A fim de caracterizar os últimos, toma certos enunciados na forma afirmativa, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, que contêm as seguintes características: a- não descrevem nada, não podendo, portanto, ser considerados nem verdadeiros nem falsos; b- quando são realizados correspondem à execução de uma ação. Segundo Austin, quando alguém profere o enunciado “Eu te abençoo”, realiza-se uma ação: o ato de abençoar.



Porém, enfatiza que para que essa ação correspondente a um performativo seja realizada, é necessário que as condições de felicidade sejam adequadas e passa a estudar as condições de sucesso ou fracasso dos performativos, isto é, as circunstâncias de enunciação que fazem com que ele seja efetivamente realizado. Para Austin, as principais condições de felicidade de um performativo são:

- a- a enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias provoca determinados efeitos. Desse modo, as pessoas e as circunstâncias devem ser adequadas à realização do enunciado em questão. Por exemplo, se durante um batizado é o pai da criança quem profere o enunciado “Eu te batizo”, o performativo não se realiza porque o pai não está autorizado a fazê-lo. Assim, um performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, visto que não está sendo executado em circunstâncias apropriadas;
- b- a enunciação deve ser executada corretamente pelos participantes. O uso da fórmula errada também torna nulo o performativo. Ex: durante o batismo é preciso usar a fórmula correta para que o performativo se realize. Se o padre ou pastor diz “Eu te perdoo” ao invés de “Eu te batizo”, o batismo não ocorre.
- c- a enunciação deve ser realizada integralmente pelos participantes. Dessa maneira, quando um performativo exige outro para ser realizado, é necessário que os dois sejam realizados para que haja sucesso. Ex.: quando alguém diz “Aposto dez reais como ele não virá”, para que o ato de apostar tenha sucesso, é preciso que o outro aceite a aposta e enuncie a aceitação.



Como já foi mencionado anteriormente, Austin questiona a ilusão descritiva da ciência da linguagem quando comprova que há afirmações que descrevem estados de coisas e que podem ser verdadeiras ou falsas – as constativas – e afirmações que não descrevem nada, mas pelas quais se executam atos, que podem ser felizes ou infelizes, que podem ter sucesso ou fracassar – as performativas.

Segundo ele, pode-se afirmar que as afirmações constativas são verdadeiras se existe o estado de coisas que eles descrevem e falsas em caso contrário. Já as performativas não estão sujeitas ao julgamento de verdade ou falsidade, mas devem ser avaliadas quanto a sua realização. Diz-se que os performativos têm sucesso quando certas condições são cumpridas, e fracassam, quando não o são.

No entanto, Austin percebe que pode haver performativos sem que apareçam no enunciado palavras relacionadas ao ato a ser executado e, ao mesmo tempo, podem estar presentes no enunciado palavras correspondentes ao performativo, sem que ele se realize. Em: “Curva perigosa”, existe um performativo de advertência, mas em “Você tinha mandado o aluno sair”, não há performatividade, apesar da marca “mandado”. Conforme ele,

[...] é necessário reconsiderar de um ponto de vista mais geral as perguntas: em que sentido dizer alguma coisa é realizá-la? (e pode ser também, o que é outra coisa: em que sentido fazemos alguma coisa pelo fato de dizer algo? (AUSTIN, 1991, p. 107).



Para melhor distinguir os constativos dos performativos, Austin propõe-se a responder à pergunta: “que é que se faz quando se diz alguma coisa”? Para tanto, demonstra que quando se diz algo, realiza-se uma ação locucional, que segundo sua teoria, encontra-se subdividida em três subatos: o ato locucional (ato linguístico de dizer), o ato ilocucional (aquele que se realiza na linguagem) e o perlocucional (que se realiza pela linguagem).

Em síntese, para Austin, certos atos de fala, ao serem proferidos (ato locucional), implicam a produção de algum efeito (ato perlocucional), que é a consequência da significação do enunciado. Já o ato ilocucional consiste em fazer alguma coisa quando se diz alguma coisa. Consiste no ato que se realiza quando se diz algo. Esse ato é convencional, pois sempre que se diz algo em determinadas condições, realiza-se certa ação convencionalmente ligada ao que se diz.

Desse modo, em “Advirto-o a não mais fazer isso”, há o ato de dizer, de enunciar cada um dos elementos linguísticos que compõem a frase (locucional) e há também a realização do ato da advertência que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer quando se enuncia essa frase (ilocucional). Nesse caso, esse ato está linguisticamente marcado com a forma verbal “advirto”.

Há ainda o ato perlocucional, resultado do ato de linguagem e do ato ilocucional proferido e que depende do contexto da enunciação, pois quando se enuncia a frase acima, o resultado pode ou não ser a persuasão do interlocutor. Dessa maneira, esse ato pode ser entendido como um ato que se realizou pela linguagem e por não apresentar um caráter convencional, ficando, portanto, fora dos limites dos estudos linguísticos.



A partir disso, Austin adota uma nova postura para estabelecer diferenças entre os performativos/constativos e discute a possibilidade de inclusão dos constativos entre os denominados atos ilocucionais. Para tanto, conclui que os constativos, tal como os performativos também estão sujeitos às infelicidades, pois da mesma forma que uma ordem não se realiza enquanto ordem se for dada por uma pessoa que não tenha autoridade para fazê-lo, também uma afirmação não é uma afirmação se as circunstâncias não forem apropriadas para sua execução.

Por fim, conclui que os performativos também estão sujeitos ao julgamento de verdade ou falsidade, pois quando se pergunta: “Esta afirmação é verdadeira?”, deseja-se saber se ela está de acordo com os fatos. Assim para Austin, o julgamento de verdade é um julgamento sobre a adequação dos fatos. Para ele: “a verdade ou falsidade de uma afirmação não depende só da significação das palavras, mas do ato específico e das circunstâncias precisas nas quais ele é realizado.” (AUSTIN, 1962, p. 148).

Analisando esses aspectos, Austin mostra que a afirmação tem as mesmas características dos performativos e, como tal, é também um ato ilocucional, concluindo que, tanto a afirmação como o performativo estão sujeitos às condições de felicidade e a um julgamento de adequação aos fatos. A partir desse raciocínio, Austin dilui a dicotomia performativo/constativo na Teoria dos Atos de Fala e conclui que usar a língua é sempre um ato, é sempre fazer algo com as palavras.



5. Teoria da Enunciação: o sentido e o sujeito

A Teoria da Enunciação apareceu no apogeu do Estruturalismo, bastante criticado por excluir o sujeito e o sentido das análises, e se desenvolveu na Europa, com Émile Benveniste, que entende a enunciação como o processo de colocar a língua em funcionamento, por um ato individual de fala.

Benveniste é um estudioso das línguas indo-europeias e é considerado o fundador da Teoria da Enunciação e se, por um lado, foi considerado um saussureano convicto, uma vez que compreendia a língua como um sistema de signos, de outro, disseminou o discurso da novidade, ao inserir aquele que fala no discurso.

Toda a obra de Benveniste está condensada em *Problemas de Linguística Geral I e II*, que traz artigos que tratam da história da Linguística e da descrição dos fatos linguísticos. Um dos artigos que é referência para compreender a teoria por ele desenvolvida é *Da Subjetividade na Linguagem*, no qual nega a concepção segundo a qual a linguagem é instrumento de comunicação, pois a linguagem, ao contrário da picareta, da flecha e da roda não é fabricada pelo homem. Segundo ele, “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e nunca o vemos inventando-a” (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Propondo-se a estudar a presença do sujeito na língua, retoma a questão do elemento subjetivo discutida por Bréal. Para ele, a subjetividade: “[...] é a capacidade do locutor de se propor como ‘sujeito’; “ É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1995, p. 286).



Para atestar a presença desse sujeito, na língua, toma como ponto de partida os sistemas pronominal e verbal do francês. Postulando que “[...] uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível” (BENVENISTE, 1995, p. 287): distingue os pronomes da pessoa (eu e tu) que designam os sujeitos envolvidos na interlocução, dos pronomes da não-pessoa (ele), que designam os referentes. Em outras palavras, de acordo com Benveniste, o sujeito é um eu que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade (livre e independente das coerções sociais) e que se constitui na medida em que interage com um tu (alocutário), opondo-se ambos a não-pessoa (ele).

Também os dêiticos são formas que recobrem os indicadores pessoais e espaço-temporais e dentre eles destaca: a) Dêiticos pessoais: eu, tu, ele; b) Dêiticos espaciais: demonstrativos, advérbios e locuções adverbiais; c) Dêiticos temporais: advérbios e locuções adverbiais.

Para compreender os estudos de Benveniste sobre a presença do sujeito na língua, leia o artigo *Da subjetividade na linguagem*:



Da subjetividade da linguagem



O *Aparelho Formal da enunciação* foi publicado em 1970, originalmente na *Languages*, revista francesa que se interessa pelos estudos da linguagem e em 1974, passou a integrar o segundo volume do *Problemas de Linguística Geral*. Considerado um texto que sintetiza os estudos sobre a enunciação desenvolvidos por Benveniste, nele, o autor considera que o emprego das formas e o emprego da língua constituem mundos diferentes, porque, enquanto a primeira descreve as regras responsáveis pela organização sintática da língua e é necessária nas descrições linguísticas, a segunda inclui o ato de colocar a língua em funcionamento.

Para ele, não basta apenas descrever o enunciado (toda a sequência acabada de uma língua emitida pelo falante) efetivamente produzido pelos falantes de uma língua, mas é necessário considerar a enunciação (evento único e jamais repetido de produção do enunciado). Conforme ele, “[...] a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p. 82), pois é a enunciação que permite a conversão individual da língua em discurso. (BENVENISTE, 1989, p. 83).

De acordo com ele, o discurso é manifestação da enunciação, que por sua vez, é o ato de produzir um enunciado. Desse modo, podemos dizer que o enunciado é o produto e a enunciação é o processo de produzi-lo. Antes da enunciação, conforme ele, a língua é somente uma possibilidade de língua e é somente depois dela que “[...] a língua é efetuada em uma instância do discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 84).



Ao enunciar, o locutor se apropria do aparelho formal da língua para referir-se sobre algo do mundo e implanta um outro diante de si, que tem a mesma necessidade. Nesse sentido, toda enunciação é explícita ou implicitamente uma alocução, pois postula um alocutário.

De acordo com Benveniste, “[...] o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (BENVENISTE, 1989, p. 84) e ao apropriar-se da língua, por um ato individual, o locutor o faz por meio de índices específicos: a- índices de pessoa: eu e tu (pronomes pessoais); b- índices de ostensão: isso, aquilo, etc. (pronomes demonstrativos); c- tempos verbais.

Assim, todas as línguas dispõem de um aparelho formal da enunciação para serem enunciadas e esse aparelho nada mais é do que a marcação da subjetividade na estrutura da língua.

Para saber mais sobre a *Teoria da Enunciação*, leia o texto intitulado: *Os Estudos da Enunciação e a formação do professor de línguas*, prestando atenção especialmente no item 2: “A Teoria da Enunciação de Benveniste e suas contribuições para os estudos linguísticos, bem como nos subitens: 2.1 “A noção de língua/linguagem” e 2.2 “A noção de subjetividade.



Os Estudos da Enunciação e a formação do professor de línguas



6. Análise de Discurso: o sentido e a história

A Análise de Discurso (daqui em diante AD) teve origem nos anos 60, na França, com Michel Pêcheux, que subsidia a leitura, negando a posição tradicional da análise do conteúdo. Nesse sentido, é uma teoria da leitura/interpretação, que surgiu para responder à pergunta: “Como este texto significa?”, pois não trabalha com o que o texto quer dizer, mas com o como o texto funciona.

O objetivo da AD é, portanto, teorizar a interpretação, por meio de leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a aspectos puramente linguísticos, uma vez que não trabalha com a língua como um sistema fechado de signos, “[...] mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando”, produzindo sentidos a partir de condições determinadas (ORLANDI, 1999, p. 16). Esse modo de compreender o texto significa a passagem da Linguística da frase para a Linguística do texto.

Para compor o arcabouço teórico da AD, Pêcheux, parte de uma base interdisciplinar: concede a Saussure (Linguística) o lugar de fundador da Linguística como ciência, retomando sua concepção de língua como sistema, mas ao mesmo tempo, centraliza a análise na semântica, defendendo a não transparência do sentido.



Tomando por base a releitura althusseriana de Marx (Materialismo Histórico), Pêcheux afirma que a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas constitutiva da prática discursiva e, portanto, é um elemento determinante do sentido. Entretanto, ela não pode ser mais definida como “[...] o conjunto de ideias sobre determinado assunto” ou mascaramento da realidade, mas diz respeito à visão de mundo (de representações) de determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes numa sociedade, várias ideologias estão permanentemente em confronto.

Da Psicanálise vem a releitura lacaniana de Freud, com a ideia de sujeito clivado (dividido) entre o consciente e o inconsciente, não tendo absoluto controle sobre aquilo que diz. Quem fala no discurso é o inconsciente, um animal que dorme e que, por vezes, rompe as cadeias da censura e diz o que não quer (ou não deve);

O objeto de estudo dessa teoria semântica é o discurso, compreendido por Pêcheux, como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997b, p. 82) e a análise visa a apreender o discurso indagando sobre suas condições de produção, a partir do pressuposto de que ele é determinado pelo tecido sócio-histórico que o constitui. Uma das grandes contribuições da AD para o estudo do texto é articular o linguístico ao sócio-histórico. Isso significa que a exterioridade se inscreve no próprio texto e não é algo que está fora e se reflete nele.

Quando falamos em história em AD não nos referimos à sucessão de fatos cronologicamente datados, mas à variação dos sentidos de acordo com o contexto de sua utilização. É da/pela história que deriva a pluralidade e a imprevisibilidade de sentidos.



As condições de produção do discurso compreendem os sujeitos que produzem os discursos e as circunstâncias em que eles foram produzidos. Em sentido estrito, as condições de produção dizem respeito ao contexto imediato: Onde irrompeu o discurso? Quem o proferiu? Em sentido amplo, as condições de produção se referem ao contexto sócio-histórico, ideológico em que ele foi produzido: por que e em que circunstâncias o discurso foi produzido?

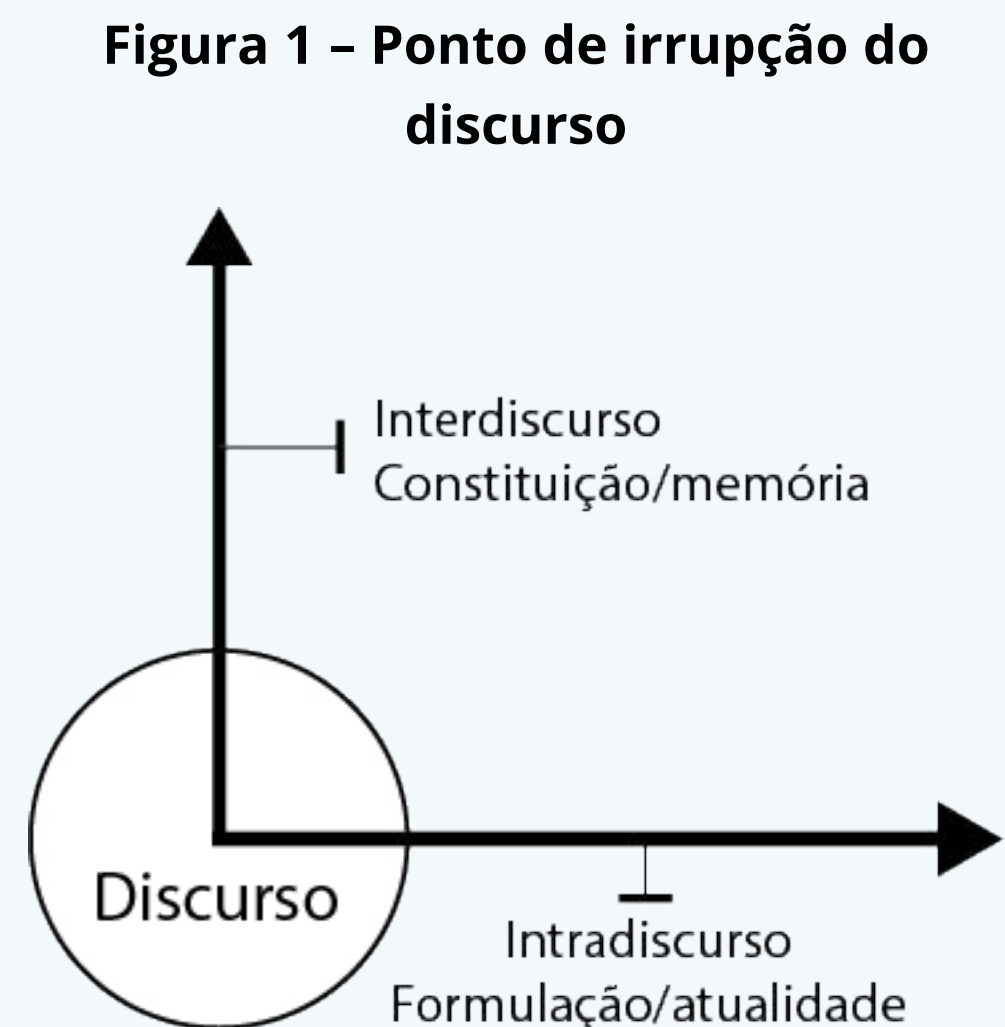
Também a memória faz parte das condições de produção do discurso, pois é ela que possibilita que os discursos sejam atualizados. Ela é compreendida como “[...] o saber discurso que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31).

Só existe discurso, porque tudo o que já foi dito retorna no discurso do sujeito. Segundo Orlandi (1999), o interdiscurso/memória discursiva abarca todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o discurso, pois para que as palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. Contudo, não é uma repetição mnemônica, pois elas significam pela língua e pela história. Segundo a autora, “[...] o que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’. O sujeito diz o que diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo como os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2015, p. 32).



Isso significa que a formulação é determinada pela constituição, pois só podemos dizer se nos colocamos na perspectiva do dizível. De acordo com a autora, “[...] todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos; o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 33).

A figura ao lado demonstra esse funcionamento:



Fonte: BORTOLIN, 2018.

É esse jogo entre o eixo vertical (da constituição/memória) e o eixo horizontal (da formulação/atualidade) que procuramos demonstrar na figura acima. Para Orlandi (1999, p. 33), “[...] a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso/memória.” Isso significa que todo discurso irrompe no ponto exato em que intradiscurso e interdiscurso se cruzam.



Podemos dizer, então, que AD leva em conta o homem na sua história, considerando os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, não existe um sentido literal ou unívoco, pois sujeito e sentido se constituem simultaneamente.

Quem fala no discurso o faz de um determinado lugar e em determinada época, afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Isso significa que o sujeito não tem ampla liberdade para produzir o discurso, embora seja afetado pelos esquecimentos, que lhes são constitutivos.

Esquecimentos são ilusões que afetam o sujeito. O esquecimento n. 2 é da ordem da enunciação: ao produzir o discurso, o sujeito o faz de uma maneira e não de outra, pois acredita que aquilo que diz só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. O esquecimento n.1 é de ordem ideológica e resulta do modo como o sujeito é afetado pela ideologia. Por esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer, de que aquilo que diz não pode ser dito diferentemente,

Para a AD, o sujeito faz e diz o que se pede que ele faça ou diga de acordo com a posição em que se encontra. Dessa maneira, ele não pode ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inscrito num processo histórico que lhe permite produzir determinados discursos e não outros.



Então, o sujeito da AD não é livre para dizer o que diz, mas é convocado/interpelado, pela ideologia, ainda que inconscientemente, a ocupar seu lugar em determinada formação social, enunciando somente aquilo que lhe é permitido dizer, a partir do lugar que ocupa. Para a AD, a linguagem é determinada pela ideologia.

Assim, de acordo com a AD, os sentidos não são literais, mas dependem do modo como o sujeito se inscreve na língua e na história. Dizendo de outra maneira, essa teoria da interpretação trabalha com a relação que se estabelece entre língua-discurso-ideologia, pois, segundo Orlandi (1999, p. 17), citando Pêcheux (1997), não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.

Para compreender esse funcionamento, podemos citar como exemplo as palavras *"impeachment"* e *"golpe"*, ditas por sujeitos diferentes. Aparentemente, elas têm o mesmo sentido, mas se lançarmos um olhar mais demorado sobre elas, veremos que elas não significam o mesmo, pois a primeira se alinha aos discursos de direita e a segunda, aos de esquerda. Discursivamente, essa escolha lexical atesta a inscrição do sujeito em uma ou outra formação discursiva, que regula aquilo que o sujeito pode/deve ou não pode/não deve dizer.

Esse exemplo comprova que o sentido não existe por si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas, isto é, elas significam diferentemente de acordo com o lugar ocupado por aquele que enuncia (ORLANDI, 1999, p. 42-43). É a noção de formação discursiva que permite compreender porque um sujeito diz X e não Y.



De acordo com Pêcheux (1997a, p. 160), as palavras, expressões, proposições, etc., adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas, por ele compreendidas como “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 1997b, p. 166, grifos no original).

No discurso, as formações ideológicas são representadas pelas formações discursivas, que “[...] determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura”, conforme Pêcheux (1997a, p. 160). Isso significa que os discursos são sempre determinados por traços ideológicos que não estão nas palavras, mas na discursividade, no modo como a ideologia se materializa nos discursos, produzindo efeitos.

Para Orlandi (1999, p. 47), a ideologia faz parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia ao produzir o discurso. Dessa forma, “[...] o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos”.

De tudo o que precede, afirmamos que a AD visa respaldar o gesto de interpretação e defende que a quantidade de sentido de um texto ou de um conjunto de textos não equivale ao verbalizado, pois há neles muito mais que aquilo que foi materializado no fio do discurso.



Palavras finais

Neste *e-book*, fizemos uma incursão pelas diferentes teorias que tratam do sentido/significado/significação, a fim de observar quais categorias de análise excluídas por Saussure retornam em cada uma delas. Vimos que a Semântica Formal de Frege traz de volta o mundo, mas ignora tudo aquilo que se refere ao individual.

Grice e Austin, no interior da Pragmática, trazem à luz a categoria de sujeito, concebido diferentemente por esses dois filósofos: o sujeito de Grice é um sujeito da intenção e, logo, um sujeito que tem total consciência daquilo que fala ou faz. Já o sujeito de Austin é um sujeito da ação, pois quando diz algo, realiza atos com as palavras.

Na Teoria da Enunciação, desenvolvida por Benveniste, as marcas de subjetividade correspondem a índices específicos, tais como, os pronomes pessoais e demonstrativos e formas verbais.

Por fim, a Análise de Discurso faz retornar, além do sujeito – afetado pelo inconsciente e pela ideologia – a história, pois considera que aquilo que é exterior ao texto também nele significa. Por esse viés, defende que o sentido está sempre aberto e que há várias possibilidades de interpretação para um mesmo objeto simbólico.



Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando Dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BENVENISTE, E. (1966). Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes; Unicamp, 1995.
- BENVENISTE, E. (1974). O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BORTOLIN, A. de C. "*Bela, Recatada e do Lar*": *Replicação e Ressignificação dos Sentidos no Espaço Digital*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras – Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Guarapuava, Paraná.
- FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (org.) *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, vol.2.
- FREGE, G. (1892). Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1978.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2005.
- GRICE, H. P. (1967). Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística: Semântica*. Campinas/: Edição do autor, 1982.
- MULLER, A. L. de P.; VIOTTI, Evani. Semântica Formal. In: FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: Princípios de Análise*. São Paulo, Contexto, 2003, vol.2.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PLAZA PINTO, J. Pragmática. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A.C. *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2001, vol I.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997a.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997b.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2008.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Os Caminhos do/pelo Sentido – Célia Bassuma Fernandes
Reedição do material de 2019

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Cláudia Maris Tullio
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Denise Cristina Holzer
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhardt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Volkan Vardar/Pexels
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones